



Evento:XXXIII Seminário de Iniciação Científica

COOPERATIVISMO SUL-RIOGRANDENSE¹

Ana Luiza Dessbesell De Castro Nunes², Josei Fernandes Pereira³

¹ Trabalho da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II;

² Aluno do curso de Licenciatura em História da Unijuí;

³ Professor do curso de licenciatura em História da UNIJUÍ. extensionista do projeto de extensão Traças Digitais: Audiolivros para a formação de leitores, professores e comunidade;

INTRODUÇÃO

O cooperativismo, tanto no sentido econômico, quanto no sentido social, constitui-se de uma longa trajetória histórica. Este movimento surgiu na Europa do século XIX, como uma ideia de cooperação a fim de superar diferentes dificuldades e contextos socioeconômicos, posteriormente migrando para o Brasil, entre o final do século XIX e início do XX.

No cenário brasileiro, esse movimento teve forte relação com os processos migratórios do contexto europeu para o sul-riograndense. Esses imigrantes, organizados em pequenas propriedades camponesas, de origem majoritariamente alemã e italiana, fizeram emergir ideais de autoajudamútua e cooperação, noções intrinsecamente ligadas ao surgimento do cooperativismo gaúcho, como será visto no decorrer do texto. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar o contexto de formação do movimento cooperativista de maneira geral, e refletir sobre a relação da imigração com a emergência do cooperativismo sul-riograndense.

Inicialmente buscamos compreender a narrativa mais conhecida, no sentido do surgimento do cooperativismo, com os vinte e oito tecelões de Rochdale, posteriormente, procuramos identificar os processos envolvidos na imigração europeia para a região sul do Brasil, visando traçar um paralelo entre a imigração e a emergência do movimento cooperativista no Rio Grande do Sul. Por fim, refletimos acerca da importância do movimento cooperativista para a formação econômica e social do RS, reiterando o panorama geral de formação do movimento cooperativista e sua emergência no Rio Grande do Sul.

METODOLOGIA



Buscando atingir os objetivos da pesquisa e discutir os conceitos apresentados, o texto baseou-se em uma metodologia qualitativa, amparando-se na pesquisa de caráter bibliográfico, de amplo referencial teórico e conceitual. Para tanto, tencionou-se o texto de George Jacob Holyoake (1874), traduzido por Archimedes Taborda (1933), o autor acompanhou o movimento de criação da cooperativa dos tecelões de Rochdale, tendo sido um dos oradores da festa de inauguração do novo armazém da cooperativa em 1867. Também as obras de Josei Fernandes Pereira (2012 e 2024), e o texto de Maria Theresa Petrone (1984), que tratam, respectivamente sobre a autoajuda-mútua no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX, assim como o surgimento do cooperativismo gaúcho e a trajetória do imigrante na formação da pequena propriedade entre os anos 1824 e 1930.

O NASCIMENTO DO COOPERATIVISMO

Diferentes práticas cooperativas aconteceram de modos distintos, dentro de muitas comunidades, antes mesmo da institucionalização dessa prática. No entanto, em caráter histórico, o surgimento dessa mobilização é atrelado a um ideal criado por 28 tecelões, no povoado de Rochdale, no distrito industrial de Lancashire, no oeste da Inglaterra. Segundo Archimedes Taborda (1933), responsável por traduzir “Os 28 Tecelões de Rochdale” obra de George Jacob Holyoake (1874), “não há livro, não há folheto, não há artigo de fundo, nem conferência sobre o cooperativismo em que os “28 tecelões de Rochdale” deixem de aparecer” (Holyoake, 1933, p. 5).

Na tentativa de reivindicar remunerações mais justas, vários tecelões acabaram ficando desempregados. Frente a esta situação, resolveram se unir, em uma “ação conjunta”, lançando “mão dos meios que estavam ao seu alcance” para enfrentar as difíceis condições socioeconômicas impostas pela situação (Holyoake, 1933, p. 19). Ainda segundo o autor, a alternativa encontrada fora a abertura de um armazém cooperativo de consumo, a formação de uma Cooperativa.

De acordo com o proposto por Frantz (2003 apud Pereira, 2012, p. 25), o cooperativismo tem suas origens no associativismo, ou seja, “na associação de pessoas ou grupos sociais com o sentido da identidade, solidariedade ou colaboração, sendo possível observar este fenômeno tanto nas famílias, quanto em empresas, escolas, comunidades, etc.”. Noção que tem forte ligação com a consolidação do cooperativismo brasileiro, pois, estas vão



ser constituídas, como bem explica Pereira (2012, p. 25), “visando inicialmente atender a uma demanda comunitária, associando pessoas de status relativamente semelhantes em busca da resolução de problemas de ordem coletiva”.

A IMIGRAÇÃO E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA SUL-RIOGRANDENSE

A vinda de imigrantes europeus ao Brasil, a partir do século XIX até o século XX, fora impulsionada por inúmeros motivos. Esse movimento migratório se deu em meio a crescente expansão do capitalismo na Europa e as transformações políticas, econômicas e sociais oriundas no quadro europeu (Iotti, 2011). Estas mudanças geraram miséria, ausência de terras, excedente populacional, falta de capital e de matéria prima, obrigando muitos europeus a buscar, em países como o Brasil, as condições de vida que não conseguiam no seu país.

No cenário histórico brasileiro da época, a autora relaciona a entrada de imigrantes ao processo de substituição da mão-de-obra escrava e à política de imigração e colonização do governo brasileiro. Nesse mesmo contexto, esse movimento populacional esteve atrelado a um processo levantado pela elite brasileira, ligado ao branqueamento da raça e melhoria da qualidade dos habitantes do território brasileiro (Iotti, 2011), que colocava o imigrante europeu como superior, desenvolvido e mais capaz de atender os interesses sociais e econômicos do país.

Tendo em vista os cenários europeu e brasileiro, cabe expor os interesses dos imigrantes. Afinal, na busca por condições mais favoráveis, os imigrantes deixavam sua família, pátria, tradições e culturas para imigrar. Nesse sentido, no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, se desenvolveu um tipo singular de pequeno proprietário camponês, que buscando ser dono de um pedaço de terra para trabalhar nela e tirar dela o sustento da família, veio ao território brasileiro (Patrone, 1984). Seguindo os estudos da autora mencionada, os imigrantes tinham a “ideologia do camponês europeu livre”, trabalhando na sua própria terra, obtendo dela o necessário para sobrevivência de sua família e vendendo o excedente da produção (Patrone, 1984, p. 51). Essa organização, ser dono de um pedaço de terra e tirar dela o seu sustento, figurou como modelo ideal para os imigrantes, moldando seus pensamentos e suas ações (Patrone, 1984).



Nessas pequenas propriedades camponesas, geralmente de alemães ou italianos, já que esses consistiam na maior parte dos imigrantes vindos ao Rio Grande do Sul, predominava a policultura e a criação de animais. Ainda que a segunda não fosse tão significativa, abrangia, em geral, aves, porcos e bovinos e cavalos que eram usados nos arados e carroças. Pereira (2024, p. 154), explica que a policultura praticada por estes colonos baseava-se no cultivo de “cereais tradicionais no velho mundo”, sendo o centeio e a batata atrelados às colônias alemãs e a uva às italianas. Petrone (1984, p. 60) reitera que “tudo girava em torno da ideia de que o colono devia ser auto suficiente vendendo os excedentes e produzindo alguns gêneros em quantidade maior a fim de serem destinados ao mercado interno”.

É nesse cenário, de colônias formadas por pequenas propriedades camponesas, que emerge uma dinâmica envolvendo uma economia voltada para dentro da própria comunidade, e um complexo processo, que Pereira (2024, p.154) conceitua como um “intrincado mecanismo de autoajuda - mútua (Selbsthülfe), manifestado tanto na realização de mutirões para construção de obras comunitárias, quanto na organização de entidades sociais para o desenvolvimento local, em geral com a participação e orientação das igrejas (católica e protestante)”, que servirá de base para a emergência do movimento cooperativista na região.

Como citado anteriormente, o cooperativismo pode existir de diversas maneiras, no entanto, essas diferentes formas mantem um ideal compartilhado, o de buscar na cooperação entre as pessoas, a solução para problemas comunitários e melhorar diversos aspectos da vida compartilhada. E nesse sentido, não foi diferente com as comunidades coloniais de imigrantes alemães, praticantes da autoajuda – mútua. Ali, floresceu a organização de cooperativas de crédito, com o objetivo de atender as demandas da comunidade, assim como no caso dos 28 tecelões de Rochdale. De acordo com o exposto por Pereira (2024, p.154),

as primeiras sociedades de crédito cooperativas foram criadas para combater a usura das casas bancárias que atuavam nas regiões coloniais. As “Caixas Rurais Raiffeisen” atuaram livremente no Rio Grande do Sul no início do século XX, reinvestindo as poupanças da comunidade na construção de obras de interesse público.

Em suma, o cooperativismo teve suas origens no complexo processo de transformações econômicas e sociais ocorrido na Europa do século XIX, e que, trazido pelos migrantes oriundos desse cenário, floresceu no interior do Rio Grande do Sul, nos primórdios do século XX, com os imigrantes alemães (Pereira, 2024).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento cooperativista, desde seus primórdios, queira se considerar, ou não, a experiência dos vinte e oito tecelões como a institucionalização da prática, passou por inúmeras alterações e performou de diferentes maneiras, em diferentes tempos e contextos. Conquanto, é impossível negar o compartilhamento de certas características, responsáveis por unir as comunidades e transformar o movimento em um ideal de vida e uma prática rentável e benéfica.

As noções trazidas pelos imigrantes para as colônias brasileiras, principalmente as alemãs, como o associativismo, a autoajuda- mútua e a solidariedade foram moldando a organização dessas comunidades. Logo, o cenário estruturado nesses agrupamentos, forneceu a base necessária para a formação do que conhecemos por cooperativismo gaúcho.

Em suma, o movimento cooperativista teve forte influência na formação social e econômica no RS. Nesse sentido, as fontes citadas permitiram a compreensão acerca da intrínseca relação entre a imigração europeia para a região gaúcha e a emergência das noções de cooperação e o próprio cooperativismo na região sul do Brasil.

Palavras-chave: Cooperativismo. Imigração. Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 Tecelões de Rochdale (História dos Probos Pioneiros de Rochdale)**. Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1933.

IOTTI, Luiza Horn. **Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS**. São Paulo: ANPUH, 2011.

PEREIRA, Josei Fernandes. A Selbsthülfe (autoajuda-mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX. **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 23, n. 44, p. 151–167, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/53101>>. Acesso em: 14 jun. 2025

PEREIRA, Josei Fernandes. **Elos & correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012

PETRONE, Maria Theresa Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade – 1824-1930**. São Paulo: Brasiliense, 1984